

# UMA PERSPECTIVA POPULAR EM MEIO À BELLE ÉPOQUE? A POBREZA NAS CRÔNICAS DE LIMA BARRETO

A POPULAR PERSPECTIVE IN BELLE ÉPOQUE?  
POVERTY IN THE CHRONICLES OF LIMA BARRETO

**Marco Aurélio de Souza**

Doutor em Letras pela Universidade Federal do Paraná - Brasil. Realizou estágio pós-doutoral em Letras na Universidade Federal do Paraná - Brasil.  
E-mail: aurelio.as25@yahoo.com.br  
ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-3161-8378>

**Resumo:** Este artigo investiga a reflexão social do escritor Lima Barreto a respeito dos pobres e da pobreza a partir de sua produção cronística publicada na imprensa. Buscará se demonstrar que, num período em que a crônica dos jornais foi associada à ideia de literatura como “sorriso da sociedade” – quer dizer, à concepção de escrita literária como esteticismo alheio às causas e temas sociais –, a produção do autor carioca sobre os problemas do pobre e da pobreza parece destoar da tônica da época, inaugurando certa perspectiva popular dentro da literatura brasileira, aqui entendida como um ponto de vista não apenas simpático aos sujeitos em condição de pobreza como também identificado com o que poderíamos chamar de classes marginalizadas. O artigo aborda, ainda, o modo como Lima Barreto percebe o tratamento dado pelo Estado aos mais pobres, sempre marcado pelos braços repressivos e/ou fiscalizadores, bem como suas visadas críticas em relação à ideologia burguesa, cujas explicações acerca da desigualdade social são lidas como uma forma de falseamento da realidade.

**Palavras-chave:** Pobreza; Lima Barreto; Crônicas.

**Abstract:** This article investigates the social reflection of the writer Lima Barreto regarding the poor and poverty based on his chronicle production published in the press. It will seek to demonstrate that, in a period in which newspaper chronicles were associated with the idea of literature as the “smile of society” – that is, with the conception of literary writing as an aestheticism alien to social causes and themes –, the production of the Rio de Janeiro author on the problems of the poor and poverty seem to clash with the tone of the time, inaugurating a certain popular perspective within brazilian literature, here understood as a point of view not only sympathetic to subjects in conditions of poverty but also identified with what we could call marginalized classes . The article also addresses how Lima Barreto perceives the treatment given by the State to the poorest, always marked by repressive and/or supervisory arms, as well as his targeted criticisms in relation to bourgeois ideology, whose explanations regarding social inequality are read as a form of falsification of reality.

**Keywords:** Poverty; Lima Barreto; Chronicles.

## 1 Introdução

Este artigo apresenta alguns resultados parciais da pesquisa de pós-doutoramento

*Visões do pobre e da pobreza na reflexão social de Olavo Bilac e Lima Barreto*, em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, sob supervisão do prof. Dr. Fernando Cerisara Gil. Tal pesquisa – vinculada a um projeto maior, de cunho coletivo, coordenado pelo mesmo professor/pesquisador – parte da hipótese de que no período da história brasileira comumente denominado *Belle Époque* ocorre a emergência de uma consciência crítica a respeito da desigualdade social e da pobreza em nosso país, expresso sob novas formas através da produção literária da época.

Junto ao grupo de trabalho coordenado por Fernando Gil, a hipótese supramencionada vem sendo avaliada e lida à luz da leitura de crônicas, textos jornalísticos e artigos de opinião de escritores como Monteiro Lobato, Coelho Neto, Júlia Lopes de Almeida e, entre muitos outros e outras, no que nos interessa mais de perto para o desenvolvimento desta pesquisa, Olavo Bilac e Lima Barreto, autores tradicionalmente vistos como ocupantes de posições radicalmente distintas no cenário brasileiro das letras do início do século XX – e isto por razões estéticas, mas também ideológicas, o que nos permite verificar com ainda maior precisão em que medida tal consciência crítica a respeito da pobreza realmente emerge no meio letrado brasileiro no período indicado e, mais do que isso, quais horizontes ideológicos, filosóficos e críticos esta consciência conseguiu atingir naquele momento.



Na etapa atual do projeto, após a leitura dos textos de reflexão social de Olavo Bilac que tematizam ou tangenciam a questão dos pobres e da pobreza (Souza, 2023), analisamos agora as crônicas e artigos de opinião de Lima Barreto, buscando sintetizar aqui suas posições para, ao fim do processo, compararmos as duas abordagens, estabelecendo aproximações e distanciamentos entre as perspectivas ideológicas dos autores. Tal exercício comparativo nos permitirá compreender se o substrato intelectual relativo à análise da sociedade disponível em tal momento histórico permitia aos escritores brasileiros formularem algo mais elaborado do que as observações “impressionistas” encontradas, segundo a nossa leitura, na produção cronística de Bilac, marcada pelo espontaneísmo e pela volubilidade das posições, em geral atreladas ao calor dos acontecimentos.

## 2 A irreverência irônica de Lima Barreto

Dono de uma prosa realista e irônica, marcada por certo afastamento dos códigos literários da erudição em favor do coloquialismo – postura crítica ao formalismo que imperava entre os parnasianos e o *status quo* da literatura brasileira do início do século XX –, o que, didaticamente, acabou por qualificar a obra do autor mediante a famigerada expressão de “pré-modernismo”, Barreto não raro recebia a acusação de

desleixo com a linguagem por parte de seus contemporâneos, ao mesmo tempo em que, do ponto de vista ideológico, adotava uma postura mais radical, de viés anárquico. Convivendo com a contradição de ser um escritor negro de origem popular num país que clivava a prática da leitura por um viés de classe, podemos dizer que Lima Barreto<sup>1</sup> buscou uma reflexão social e identitária distinta daquela que suas elites letreadas em geral empreendiam:

Em sua vida angustiada, entrelaçam-se, a todo instante, dois movimentos: o esforço de apreensão da realidade do país, para além dos sonhos europeizados de suas elites, e a tentativa de apreensão de sua própria identidade como indivíduo. Na interseção desses movimentos, estava o choque entre o cultivo, enquanto literato, de uma civilização que descartava qualquer associação com os elementos considerados atrasados da sociedade e a elaboração de uma consciência identitária que reconhecia sua origem entre esses elementos. (Silva, 2005, p. 191)

Nascido em 1881, no Rio de Janeiro, Barreto deixou sua marca na literatura brasileira com os contos e romances que escreveu, a exemplo de clássicos como *O homem que sabia javanês* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*, mas sua atribulada carreira como jornalista rendeu também uma prolífica produção de crônicas e artigos de opinião. Tal produção foi, de forma geral, originalmente publicada em veículos tanto da grande imprensa – a exemplo do Correio da Manhã, onde Barreto trabalhou durante breve período, entre os anos de 1905 e 1909 – quanto da pequena, ligada aos sindicatos e

<sup>1</sup> Para uma visão panorâmica sobre a vida e a carreira literária de Lima Barreto, ver: PRADO, 2012.



movimentos operários, por exemplo, veículos que predominaram na fase final e mais volumosa de sua produção jornalística.

Para Astrojildo Pereira (1963), Lima Barreto foi um cronista incomparável, único em sua geração. Em sua avaliação, os outros escritores da época:

eram articulistas identificados com os interesses e a ideologia das classes dominantes, ao passo que Lima Barreto permanecia intransigente na sua posição de escritor que jamais se desligara do povo e em tudo que escrevia visava sempre a combater a opressão e a exploração que pesavam sobre o povo sofredor (Pereira, 1963, p. 38).

Suas posições ideológicas, porém, somadas à postura independente que, na ficção, deu origem inclusive ao seu primeiro romance, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* – narrativa que denunciava a mediocridade e a corrupção intelectual existentes na redação dos grandes jornais da época – fizeram com que os caminhos de Lima Barreto pela grande imprensa fossem algo tortuosos. Para Resende,

A publicação de seu primeiro romance determinará o fim de suas ambições em continuar praticando o jornalismo. Com a publicação do romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* e as críticas que formula ao dono do *Correio da manhã*, o poderoso Edmundo Bittencourt, torna-se imediatamente *persona non grata* não só a este, mas a todos os outros grandes jornais do Rio de Janeiro. (Resende, 2004, p. 11).

O decrescente acesso aos veículos da grande imprensa, cada vez mais editorialmente incompatíveis com sua verve ferina, não fez com que Lima Barreto

abandonasse, contudo, o exercício da crônica. Ao contrário, esta exclusão será determinante para a consolidação de seu estilo pessoal, plenamente ancorado na independência intelectual de que, na imprensa burguesa, o escritor dificilmente poderia usufruir.

Assim, fechadas as portas dos principais jornais cariocas, Barreto peregrinou editorialmente pelas pequenas publicações, geralmente efêmeras e de fôlego curto, e somente anos mais tarde voltou a publicar em veículos de maior repercussão. Mesmo depois do parcial restabelecimento, porém, jamais deixou de lado “o que hoje chamaríamos de ‘imprensa alternativa’ (...) enviando textos para as pequenas revistas, de oposição ao poder constituído” (Resende, 2004, p. 11). Coerente com tal opção, sempre presente, também, estava a sua verve inconformada, que Nicolau Sevcenko (2003) definiria como um senso de “literatura como missão”, quer dizer, a percepção de que a literatura pode e deve ser um instrumento de transformação social, trabalhando em prol da formação de uma sociedade mais justa. Na visão de Astrojildo Pereira, “Sem ser um panfletário profissional, [Barreto] imprimia a muitos dos seus artigos a feição de áspera crítica política e social, e fazia da sátira de costumes uma arma permanente de combate” (Pereira, 1963, p. 37).

Nesta pesquisa, optamos pela análise do tema da pobreza centrada exclusivamente nesta produção não-ficcional, e isto por motivos diversos. A escolha dos textos se baseou na ideia de que, para além das dificuldades metodológicas da abordagem comparativa entre gêneros muito distintos, é



através da crônica, dos ensaios e dos artigos jornalísticos, sobretudo, que podemos encontrar mais facilmente os indícios que nos levarão a formular a visão de Lima Barreto sobre os pobres e a pobreza, uma vez que tais gêneros – discursivamente mais próximos ao domínio do realismo factual – nos permitem perscrutar as relações entre as posições do autor e as linhas editoriais dos veículos que acolhiam suas reflexões, tudo isto sem perder de vista o possível movimento diacrônico das percepções sociais identificadas.

### ***3 O descentramento geográfico da literatura brasileira em Lima Barreto***

A produção cronística de Lima Barreto, como dito, é vasta e multifacetada, e recebeu um competente levantamento editorial por parte de Beatriz Resende e Rachel Valença (2004), cujo trabalho de reunião de textos originalmente publicados em diferentes veículos de imprensa, entre os anos de 1900 e 1922, resultou em dois volumes da obra *Toda crônica* – o primeiro com textos publicados entre 1900 e 1913; o segundo referente ao período entre 1919 e 1922, ano da morte do escritor. Em que pese o fim da vida de Lima Barreto ser bastante atribulado, é neste período que, segundo Astrojildo Pereira, o escritor carioca entrou em sua fase mais produtiva como cronista, dada a sua aposentadoria em relação ao seu trabalho junto à Secretaria da Guerra, cargo que limitava suas possibilidades de expressão, fazendo-o represar certas posições políticas lidas pelas elites brasileiras como mais radicais ou controversas (Pereira, 1963, p. 40).

É desse vasto universo de crônicas, portanto, que identificamos aqueles textos que mais diretamente se relacionam com o tema desta pesquisa. Das crônicas que flertam com o formato do conto, trazendo ao leitor uma narrativa específica e orientada por um conflito central, aos textos mais dispersivos, que enfileiram posições do autor a partir de fatos do cotidiano, repercutindo acontecimentos recentes de forma mais livre, o cronista revelava quase sempre um olhar simpático para com os pobres e marginalizados, ainda que “com inevitável distanciamento” (Resende, 2004, p. 20), introduzindo a vida dos subúrbios – onde ele mesmo tinha endereço – na crônica do seu tempo, marcado ainda por uma excessiva centralização geográfica.

É exatamente isto o que vemos, por exemplo, na crônica *O muambeiro*, em que Lima Barreto reivindica o seu lugar no bairro de Todos os Santos, onde há mais de dez anos residia, confidenciando ao leitor não saber “por que os humildes e pobres têm-me na conta de pessoa importante, poderosa, capaz de arranjar empregos e solver dificuldades” (Barreto, 2004, p. 224).

Não é descabido supor que a dúvida fosse meramente retórica: a vizinhança o via com olhos diferentes porque, apesar de não ter grandes posses, Barreto se distinguia dos demais moradores do bairro a partir de suas qualificações intelectuais. Este capital cultural, é evidente, colocava-o num lugar de poder que, em que pese não tivesse grandes efeitos práticos sobre a vida econômica do autor, tornava-o no mínimo um conselheiro útil,

posicionado junto a um mirante privilegiado para a sobrevivência, de onde supostamente seriam mais facilmente visíveis os problemas e as soluções cotidianas de trabalho e renda, tão basilares àqueles seus vizinhos menos afortunados.

Assim é que, na crônica evocada, Barreto enumera ao leitor a natureza das questões que a vizinhança levantava a ele, esperançosa de uma orientação sobre como proceder frente aos seus desafios rotineiros:

Pergunta-me um se deve assentar praça na brigada, pois há oito meses não trabalha no seu ofício de carpinteiro; pergunta-me outro se deve votar no Senhor Fulano; e, às vezes mesmo, consultam-me sobre casos embaraçosos. Houve um matador de porcos que pediu a minha opinião sobre este caso curioso: se devia aceitar dez mil-réis para matar o cevado do Capitão M., o que lhe dava trabalho por três dias, com a salga e o fabrico de linguiças; ou se devia comprar o canastrão por cinqüenta mil-réis e revendê-lo aos quilos pela redondeza. (Barreto, 2004, p. 224).

A crônica prossegue a partir do caso de um vizinho com quem o escritor conversara à esquina, que relatou ter, num momento de desemprego, investido na produção de laranjas em um sítio que possuía “lá para as bandas do Timbó”. Após uma colheita abundante, o homem teve a ideia de vender de porta em porta as suas frutas, deslocando-se em busca dos eventuais interessados. Neste trajeto, o homem “apurou uns dois mil-réis”, mas quando retornou ao bairro de Todos os Santos, “saiu-lhe ao encontro a lei, na pessoa de um guarda municipal”:

- Quedê a licença!
- Que licença?

- Já sei, intimou o guarda. Você é “muambeiro”. Vamos para a agência. Tomaram-lhe o cesto, as laranjas, o dinheiro e, a muito custo, deixaram-no com a roupa do corpo. (Barreto, 2004, p. 225).

Na conclusão do breve diálogo de coloração coloquial, o autor enfatiza sua posição contrária à autoridade e simpática ao vizinho ironizando a abordagem do guarda municipal, cuja postura se assemelharia mais à de um criminoso do que a de um agente de segurança pública (“a muito custo, deixaram-no com a roupa do corpo”). Por fim, a crônica critica ainda o discurso oficial dos governos de sua época, sempre solícitos à “defesa da agricultura nacional”, obviamente que aquela praticada pelos grandes proprietários de terras. Após denunciar um caso flagrante de perseguição ao pequeno produtor, Barreto encerra sua crônica com uma síntese irônica que reafirma sua posição contrária à ação do poder público: “Eis aí como se protege a pomicultura” (Barreto, 2004, p. 225).

#### ***4 O caso do mendigo e o desvelar de uma ficção ideológica da burguesia***

Residindo fora dos perímetros tradicionalmente associados às elites políticas, econômicas e intelectuais do Rio de Janeiro, vimos como Lima Barreto não somente não escondia a sua distância (ideológica, mas também geográfica) de tais centros de poder como, além disso, fazia questão de revelar sua simpatia pelas personagens sociais menos afortunadas. Tal aproximação dava, dentre outras formas, através dos recursos irônicos



que dispensava ao escrever sobre os entraves, obstáculos e armadilhas colocados pelo poder público diante do caminho daqueles que, em seu cotidiano, buscavam tão somente a sobrevivência econômica mais imediata, sob o signo da necessidade.

Este o perfil, também, da crônica *O caso do mendigo*, originalmente publicada em 1911, na *Gazeta da Tarde*, em que Lima Barreto critica a abordagem da imprensa a respeito de uma história de aparência exótica, lida pelo poder público (logo, pela alta sociedade carioca) como evidência óbvia de uma prática criminosa: um homem cego que, através da mendicância, sustentava ter reunido em sua posse uma pequena fortuna: a “respeitável quantia de seis contos e pouco” (Barreto, 2004, p. 80).

O cronista afirma não saber o que a polícia fez com o cego, mas frisa a indignação que atravessava a opinião até mesmo das pessoas mais bondosas e esmolers de seu convívio, que esperavam o confisco daquele dinheiro por parte das autoridades. O que se segue, daí por diante, é uma longa defesa do mendigo e da legitimidade da sua poupança que, observado o tom irônico que percorre os argumentos, emula a construção discursiva de um advogado à defesa do seu cliente.

Para Barreto, em primeiro lugar, o mendigo estava isento de qualquer culpa pelo ângulo dos costumes, uma vez que a prática da esmola é secular e, mais do que isso, “continua a ser o único meio de manifestação da nossa bondade em face da miséria dos outros”, além de plenamente justificada por nossa

“defeituosa organização social” (Barreto, 2004, p. 80).

Assentada esta base, o cronista julga ainda que o tempo de mendicância empregado na soma de tais recursos importa, o que o leva a especular a respeito da vida pregressa do cego. O autor defende que, antes de cego e mendigo, o homem certamente levava vida de operário, cujas dificuldades financeiras são bem conhecidas por todos e, dada a incerteza de sua situação trabalhista – pois boa parte dos operários brasileiros contavam apenas com empregos temporários –, precisou aprender a economizar seus recursos, para os momentos de maior necessidade financeira. A ilogicidade do raciocínio, que vê na escassez o motor básico da acumulação, quando o razoável seria imaginar o contrário, entra na conta da ironia de Barreto, que se utiliza das injustiças sociais mais óbvias para amarrar um nó no argumento, invertendo o sentido de certa insensibilidade social, que é cega para as possibilidades reais de sobrevivência e desenvolvimento dos mais pobres e não hesita em, uma vez confrontada com exigências de justiça social, lançar mão de argumentos como o da necessidade do miserável planejar melhor a sua vida financeira e ser mais previdente quanto ao seu próprio futuro. O cronista, portanto, realiza um jogo de espelhos com os discursos da classe burguesa, que vê suas precárias explicações para a pobreza sendo empregadas na justificativa da fortuna do mendigo, retratado como alguém que segue à risca os conselhos e métodos financeiros fornecidos por nossas elites para a obtenção do sucesso econômico, o que impede a acusação



ao mendigo em separado à confissão de inexistência do próprio método financeiro apregoado pelas elites. Como reprimi-lo, portanto, se o mendigo fez não apenas aquilo que todos concordamos ser possível, como também recomendável?

Barreto prossegue no raciocínio supondo ser esse o tipo de homem com que estamos lidando. Uma vez cego, porém, precisou recorrer à esmola. Previdente e austero como antes, não demorou para que, também na prática da mendicância, o homem aprimorasse suas habilidades, aperfeiçoando-se na sua profissão, o que resultou em novos incrementos à sua poupança. Realizando cálculos do quanto devia gastar o cego em seu cotidiano, o autor de *Clara dos Anjos* segue se favorecendo da ironia para explicar o dia a dia do mendigo – que certamente não bebia, pois “Quem dá esmola a um pobre cheirando a cachaça?” (Barreto, 2004, p. 81) –, valendo-se dos valores próprios da elite (que exigiria certas contrapartidas por parte dos mendigos para o merecimento de alguma esmola, a exemplo da sobriedade, que denotaria verdadeira necessidade), mas realçando também o absurdo da situação, com fins jocosos:

Já de há muito que ganhava mais do que precisava. Os níqueis caíam, e o que ele havia de fazer deles? Dar aos outros? Se ele era pobre, como o podia fazer? Pôr fora? Não; dinheiro não se põe fora. Não pedir mais? (BARRETO, 2004, p. 81).

Em todas as suposições do cronista, o incômodo de tal discussão se desvela. Tratando da mendicância como um trabalho entre

outros, legítimo como qualquer, Barreto pode mirar as armas da ideologia burguesa contra si mesma, perguntando o que devia fazer o mendigo. Jogar fora o dinheiro que lhe sobra? Deixar de trabalhar, uma vez superada a mais completa miséria? Mas isto não iria contra a própria receita burguesa do sucesso? Não estaria certo o mendigo em buscar a sua prosperidade a partir dos meios que lhe são próprios, além de legítimos?

Explicada a origem da fortuna, Barreto utiliza mais uma vez do bom senso capitalista para justificar o depósito realizado pelo mendigo numa poupança bancária. Deveria ele guardar seu dinheiro em casa, em frágeis notas de papel? Atrair a atenção de ladrões? Não; o mais prudente, obviamente, seria mesmo guardar o dinheiro num lugar seguro. “Estão aí um cego de juízo e um mendigo rico” (Barreto, 2004, p. 82).

Por que então o mendigo continuou pedindo esmolas, passando-se por sujeito pobre? A ironia do cronista: porque confessar sua própria riqueza iria de encontro aos preceitos da sua profissão. De modo que Barreto, a um só tempo, frisa duas qualidades do mendigo rico: o seu profissionalismo e a sua previdência, esta última tanto mais importante quanto maior for a incerteza dos meios de sobrevivência daquele que a emprega.

Encerrado o argumento, o escritor carioca considera ainda a possibilidade daqueles leitores que não estariam convencidos, dada a falta de autoridade que o autor teria no assunto. Daí o auge daquele procedimento discursivo anteriormente identificado, que consiste no uso da ideologia



burguesa contra ela mesma: Lima Barreto retira de sua manga referências caras à classe dominante, afirmando que o mendigo “atendeu às sentenças do Bom homem Ricardo, do falecido Benjamin Franklin”, e que, uma vez realizada uma reflexão honesta sobre o caso, aqueles que se indignaram com a fortuna do mendigo haveriam “de ver que o homem merecia figurar no Poder da vontade, do conhecidíssimo Smiles” (Barreto, 2004, p. 82). A citação de grandes nomes do liberalismo econômico, que gozavam de popularidade e prestígio entre a intelectualidade burguesa da época, bem como a alusão a obras que forneceriam premissas e caminhos para o enriquecimento – a exemplo do livro de Benjamin Franklin, cuja edição portuguesa tinha por título completo *A sciencia do bom homem Ricardo, ou meio de fazer fortuna* –, reforça a estratégia de Barreto de desvelar a falsidade de suas proposições, como a ideia defendida pelo escocês Samuel Smiles de que a pobreza era resultado, em grande medida, de hábitos irresponsáveis, raciocínio que culpabiliza os pobres pela sua condição de vida, ao mesmo tempo em que justifica e legitima a riqueza potencialmente ilimitada das elites econômicas, que conquistariam tal patrimônio por seus mérito previdentes e responsáveis. Ora, o mendigo rico não seria, portanto – e atualizando o jargão liberal da Belle Époque para o da era dos coachs financeiros –, um verdadeiro case de sucesso?

Para além dos votos do autor para que o mendigo seja absolvido, a crônica termina com um dado novo; o de que o cego seria estrangeiro. Assim, Lima Barreto também

afirma torcer para que, resolvido o seu imbróglio na justiça, o mendigo consiga voltar ao seu país natal, a Espanha, e que lá usufrua do dinheiro que aqui conquistou, ironizando ainda uma última (e dupla) contradição brasileira:

(...) e, se algum dia, no esmaecer do dia, a saudade lhe vier deste Rio de Janeiro, deste Brasil imenso e feio, agarre em uma moeda de cobre nacional e leia o ensinamento que o governo da República dá... aos outros, através dos seus vinténs: “A economia é a base da prosperidade” (Barreto, 2004, p. 83).

Chama atenção nesta crônica o uso que Barreto faz de um caso extraordinário para abrir sua artilharia contra velhos inimigos: a burguesia e o Estado brasileiro, cuja composição e sentido pareciam, aos olhos do autor, fundirem-se num amálgama promíscuo de favorecimentos imorais às mesmas elites de sempre, à custa da perseguição implacável contra os mais pobres, que sentiriam a presença do poder público somente através dos mecanismos de repressão e das distorções ideológicas da justiça. Diferente da crônica anteriormente analisada, *O Muambeiro*, não temos aqui um olhar verdadeiramente simpático ao personagem pobre que, em meio à luta pela sobrevivência, entra em conflito com a lei. A ironia do texto ora discutido parece afastar o autor da figura do mendigo na mesma medida em que um advogado pode permanecer distante de seu cliente, embora o defendendo. Noutras palavras, não se trata, obviamente, de uma defesa sentimental do mendigo rico, a quem Barreto sequer conhecia,

e certamente que não o imaginaria bem ajustado com a história fantasiosa que criou.

A origem do dinheiro do cego, na verdade, sequer entra efetivamente em pauta, em que pese a maior parte da crônica ser dedicada a este tópico. Muito além dessa questão, com seu discurso corrosivo, Barreto parece nos acenar com o próprio despropósito de discutirmos tamanha miudeza, uma vez que o verdadeiro problema estaria em outro lugar: nas contradições da ideologia burguesa, que promete aos mais pobres uma ilusória possibilidade de redenção, trabalhando ao mesmo tempo pela manutenção do status quo, cuja assimetria entre as classes é facilmente percebida pelo tratamento distinto concedido a uns e outros pela justiça e pelo poder público.

A fantasiosa explicação para a fortuna do mendigo, portanto, não possui a intenção de convencer seus leitores sobre a possibilidade de tal sorte de enriquecimento, mas sim de denunciar a falsidade dos caminhos oferecidos às classes subalternas, a quem as elites burguesas empurrariam suas histórias de superação com tonalidades épicas quando, na prática, uma eventual mobilidade social mais elástica acabava despertando tão somente a desconfiança e contrariedade das mesmas elites – representadas por sua contraparte pública, por meio do Estado –, posta a inverossimilhança de seus próprios métodos, desnudados pelo autor em sua natureza de ficção ideológica.

### **5 Considerações finais**

Ponto fora da curva na literatura da Belle Époque nacional, sobretudo do ponto de vista ideológico, Lima Barreto teve uma produção literária marcada pela ironia, pelo viés crítico ao poder e, como vimos, pela identificação com as classes populares, com sua origem social e seu lugar geográfico. No que diz respeito à sua produção cronística, bem como aos artigos para a imprensa, sua reflexão crítica a respeito das injustiças sociais foi não apenas um entre outros elementos de sua pena, mas uma das tóricas que perpassaram sua visão sobre a sociedade brasileira.

Em que pese seus elogios à Revolução Russa e suas considerações quanto à pertinência do socialismo na evolução histórica das sociedades, pode-se dizer – e o próprio autor é quem nos diz – que, filosoficamente, Barreto se filiava às ideias do anarquismo, motivo pelo qual o Estado aparece sempre em sua mira crítica, como uma espécie de reflexo institucional do poder da burguesia. A leitura de crônicas como *O muambeiro* e *O caso do mendigo* nos revela o quanto, para o escritor carioca, o poder público se aproximava da população pobre somente para fins de repressão, fiscalização e cobrança de impostos.

Contudo, tal filiação ao anarquismo não se mostra como um comprometimento intelectual junto às teses anarquistas, mas sim como um emblema de sua simpatia aos princípios de liberdade frente à atuação violenta do Estado e à dominação de classe promovida pela burguesia. Daí que, do início ao fim de sua produção literária, seja quase



mínima a oscilação apresentada pelo autor em relação, por um lado, às suas posições políticas – organicamente localizadas junto aos interesses da classe trabalhadora – e, por outro, sua visão da pobreza, marcada ao mesmo tempo pela simpatia cúmplice e pela denúncia das raízes de sua exploração: a hegemonia dos interesses burgueses em sociedade.

Num tempo em que a maioria esmagadora dos intelectuais e literatos brasileiros se apresentavam à sociedade como porta-vozes da consciência burguesa da sociedade, Lima Barreto distinguiu-se plenamente deste panorama ideológico, compreendendo com assombrosa clareza a incompatibilidade de seus próprios interesses com os das classes dominantes. Com isso, o autor pagou um alto preço, é evidente: suas dificuldades de inserção no meio intelectual, literário e jornalístico da época falam por si, o que se percebe, no que se refere ao foco deste trabalho, também na irregularidade de suas publicações na imprensa, bem como na natureza dos veículos em que publicava a maioria de suas crônicas e artigos de opinião.

Neste ponto, aliás, cabe remetermos à avaliação do sociólogo Sérgio Miceli sobre as relações entre literatura e jornalismo na época, para quem:

Em termos concretos, toda a vida intelectual [da Primeira República] era dominada pela grande imprensa que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais. Os escritores profissionais viam-se forçados a ajustar-se aos gêneros que vinham de ser importados da imprensa francesa: a reportagem,

a entrevista, o inquérito literário e, em especial, a crônica. (Miceli, 1977, p. 15)

Intimamente ligada, portanto, com a própria profissionalização do escritor e com a possibilidade de sua sobrevivência financeira mediante um trabalho intelectual, a conturbada relação de Lima Barreto com a imprensa pode nos explicar certas peculiaridades de sua biografia, como sua atribulada carreira literária, que dividiu espaço com outras funções profissionais, como o trabalho burocrático na Secretaria de Guerra, e mesmo as dificuldades financeiras e sociais que marcaram o período final de sua vida, sob o signo do estigma, do alcoolismo e da loucura.

Se, no frigor dos ovos, sua visão da pobreza não se difere radicalmente de outras encontradas em autores de cunho mais conservador – a exemplo de Olavo Bilac, que também publicou diversas crônicas denunciando a ineficiência e a negligência do Estado brasileiro no combate à pobreza, mais agudo que seus contemporâneos, vemos em Lima Barreto ao menos dois pontos de divergência crítica em relação a este pensamento social: a identificação da classe burguesa como responsável, se não pela produção, pela manutenção da pobreza e da desigualdade econômica, bem como a consciência de seu lugar na sociedade, identificado com os subúrbios, distante dos centros de poder (mesmo aqueles do poder intelectual).



## REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto (2 volumes). Apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

MICELI, Sérgio. **Poder, Sexo e Letras na República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PEREIRA, Astrojildo. **Crítica Impura (Autores e Problemas)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Lima Barreto: uma autobiografia literária**. São Paulo: Editora 34, 2012.

RESENDE, Beatriz. Sonhos e mágoas de um povo. In: BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto (2 volumes). Apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Raphael Frederico Acioli Moreira da. Os macaquitos na bruzundanga. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **História em couças miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

SOUZA, Marco Aurélio de. O princípio dos poetas brasileiros e o sorriso de Monalisa: visões da pobreza na crônica de Olavo Bilac. **REVELL - REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS DA UEMS**, [S. l.], v. 1, n. 34, p. 376–396, 2023. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/7385>. Acesso em: 21 maio, 2024.

